

# O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias

Rosenverck Estrela Santos\*

## **Resumo:**

Este artigo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a necessária unidade de raça e classe para a luta dos trabalhadores brasileiros, incluindo a luta da população negra com suas especificidades, e demonstrar sucintamente como raça e classe têm sido utilizadas para explorar e oprimir o conjunto da classe trabalhadora. Nessa análise, também, discutiremos o marxismo como importante ferramenta na luta das classes exploradas e oprimidas e pensar o racismo como instrumento fundamental da dominação burguesa.

**Palavras-chave:** marxismo; raça e classe; relações étnico-raciais; racialismo.

## Marxism and the Racial Question in Brazil: Introductory Reflections

## **Abstract:**

This article aims to reflect on the necessary unity of the concepts of race and class for the struggle of Brazilian workers, including the struggle of the black population, with its specificities, briefly examining how race and class have been used to exploit and oppress the working class as a whole. In this analysis we also discuss the use of Marxism as an important tool in the struggle of the exploited and oppressed classes, as well as how to think of racism as a fundamental instrument of bourgeois domination.

**Keywords:** Marxism; race and class; ethnic and race relations; racialism.

## **Situando o problema: raça ou classe?**

Qual o problema central do Brasil? É a desigualdade econômica, a questão de classe? Ou o racismo, a questão de raça? Estas indagações ainda persistem no seio dos movimentos sociais e da esquerda, apesar das análises já feitas a este respeito. Com as políticas de ações afirmativas e as cotas raciais, assistimos

---

\* Mestre em Educação (UFMA), professor da Universidade Federal do Maranhão, campus Pinheiro-MA, Brasil. Autor de *Educação popular e juventude negra: um estudo da práxis político pedagógica do movimento hip hop em São Luís do Maranhão*. São Luís: Edufma, 2015.

End. eletrônico: re.santos@ufma.br

no Brasil atual uma intensificação desta polêmica que coloca de lados opostos os racialistas, para os quais todo o problema da desigualdade social no Brasil é resultado do racismo que sofre a população negra, parte considerável da classe trabalhadora; e alguns setores da esquerda, sindicalistas e intelectuais que consideram o problema da desigualdade social fruto da exploração econômica que sofre a classe trabalhadora em seu conjunto, porém, colocando em segundo plano o papel do racismo, assim como do machismo e da homofobia.

Mas faz sentido dicotomizar raça e classe como se não fizessem parte de um mesmo movimento de dominação burguesa e capitalista? A quais interesses servem a antinomia raça e classe? Por que os racialistas são tão fervorosos opositores aos marxistas, ao comunismo e à luta de classes? Por que setores do sindicalismo e da esquerda brasileira teimam em não aceitar a raça como fator determinante da desigualdade social? Por que não construir uma unidade raça e classe na luta pela emancipação humana e transformação radical do Brasil?

Sem sombra de dúvidas, existem muitas diferenças entre a teoria marxista e outras teorias e métodos de interpretação da realidade. Centralmente, entretanto, ao contrário do que possa parecer, não é a capacidade de interpretação e compreensão da sociedade e/ou da realidade que distingue o marxismo das outras teorias. Todas de uma forma ou de outra, – equivocadas ou não, estrutural ou conjunturalmente – buscam explicar a realidade e, de certa forma, a explicam sob os variados ângulos a que se propõem: econômico, cultural, social, mental, etc.

O que distingue a teoria marxista das demais é que ela não é exclusivamente uma teoria de interpretação, análise e compreensão do real. Mais que isto, a teoria marxista é uma teoria de intervenção, da ação, da transformação, tão bem expressa na 11ª tese sobre *Feuerbach*: “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é *transformá-lo*” (Marx, 2007: 535).

Com esta argumentação – em conjunto com tantas outras –, Marx e Engels buscavam explicitar não apenas uma teoria da explicação da realidade imediata, mas uma explicitação de suas concepções filosóficas e históricas sobre a formação da Humanidade. Afinal, o que de belo e extraordinário existe na Humanidade? É sua capacidade de pensar? De produzir estética, arte e cultura? De transformar?

O ser humano desde o seu surgimento empreende ações para transformar a natureza hostil visando qualificar a sua existência enquanto ser humano. Ou seja, desde o princípio, o ser humano potencializa e busca sua humanidade por meio da transformação da natureza e das relações estabelecidas com outros seres humanos.

Marx e Engels, dessa forma, apresentavam ao mundo – diferentemente do que predominava à época – uma teoria de análise, mas sobretudo de transformação da realidade, pois não pretendiam continuar descendo do céu à terra

como fazia toda a filosofia alemã, mas partir do ser humano concreto, real, pois, como mencionavam os revolucionários alemães, não somos o que dizemos de nós mesmos, somos o que fazemos, somos as nossas ações e resultado delas. Portanto, para entender este mundo não se parte do que se fala ou é falado, do que se diz ou é dito, do que se imagina ou é imaginado “[...] para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real [...]”. Com efeito, ao desenvolver sua produção e intercâmbio material, através do trabalho, o ser humano transforma não apenas a realidade, mas o seu pensamento e o produto de seu pensamento: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx e Engels, 1993: 37).

Nesse sentido, é preciso destacar que a humanidade é histórica e social, pois:

[...] somos forçados a começar constatando que toda a existência humana, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas para viver é preciso antes de tudo comer, beber e ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é o ato histórico, uma condição fundamental de toda a humanidade (Marx e Engels, 1993: 39).

Como observa Gramsci (1966: 12) “o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido [...]”. Uma ressalva é necessária, visto que existe uma predominância da visão de mundo das classes opressoras bem como a formação e consolidação de uma *cultura do silêncio* no seio das classes oprimidas. Estas se percebem como naturalmente inferiores frente aos desígnios dos dominadores ou mesmo de divindades. Não se percebem como sujeitos transformadores da realidade e da história. Possuem uma visão fatalista, pois percebem a realidade como algo dado e realizado, permanecendo em “silêncio” frente aos limites impostos.

Para compreender a realidade brasileira, deve-se levar em conta as relações específicas de sua formação histórica e dos contatos entre os diversos grupos étnico-raciais que formaram esta nação, pois os “[...] quatrocentos anos de escravismo foram definitivos na plasmação do ethos do nosso país” (Moura, 1983: 124).

### **O significado da relação raça e classe para a luta dos(as) trabalhadores(as)**

Em *O Capital* Marx analisa o tráfico de escravizados da seguinte maneira:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, **o extermínio, a escravização e o soterramento** da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a **transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras que caracterizam a aurora da era da produção capitalista**. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva.

[...] na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na **violência mais brutal** (Marx, 2013: 820, grifo nosso).

Percebe-se que os europeus, utilizaram-se de variados argumentos (biológicos, religiosos, econômicos, etc.) para legitimar a exploração do(a)s africano(a)s em terras brasileiras. Seguindo o mesmo raciocínio, Carneiro (1999) e Moura (1983) observaram que o(a) negro(a) passou a ser definido como inferior, bárbaro, selvagem, retirando-lhes sua verticalização e humanização através da violência física e psicológica. Essas concepções e práticas foram os pretextos necessários para a utilização da mão-de-obra africana como escrava.

[...] a imagem do negro tinha de ser descartada de sua dimensão humana. De um lado, havia necessidade de mecanismos poderosos de repressão para que ele permanecesse naqueles espaços sociais permitidos e, de outro, a sua dinâmica de rebeldia que a isso se opunha. Daí a necessidade de ser ele colocado como irracional, as suas atividades de rebeldia como patologia social e mesmo biológica (Moura, 1988: 23).

É preciso ressaltar que a formação do Brasil em face do trabalho escravo e na exploração de suas riquezas, teve como uma de suas resultantes o aparecimento de práticas racistas não apenas em seu contexto específico, mas também para os dias atuais. Com efeito, o Brasil pós-abolição, deveria ser repensado e reorganizado a fim de inseri-lo no quadro do capitalismo internacional. Segundo o discurso das elites, um país desenvolvido não poderia ser marcado por uma população negra e mestiça, ou com conflitos raciais que o desestabilizassem. Nessa direção, duas ideologias, inicialmente, surgiram para “solucionar” o problema: a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial.

A ideologia do branqueamento posta em prática com o incentivo dado aos imigrantes europeus e à busca, a partir deles, de tornar o Brasil um país branco foi “[...] uma tática para desarticular ideologicamente e existencialmente o segmento negro a partir de sua auto-análise” (Moura, 1983: 126). A divisão racial do trabalho durante a escravidão seria substituída pela “competição democrática”

da sociedade capitalista. Tal pensamento escamoteava a construção histórica do país e virava as costas à condição da população negra durante esta formação. A “competição democrática” consubstanciada no mito da democracia racial “desarticula a consciência do negro brasileiro” (Moura, 1983:127), pois o mesmo se via como incapaz frente ao sucesso profissional e educacional do(a) branco(a).

À população negra foram suprimidas as oportunidades de trabalho, ora reservadas ao segmento branco nativo e aos imigrantes europeus, disto resultando uma divisão de funções na sociedade brasileira, restando ao segmento negro posições sociais inferiores ou rejeitadas pelo(a)s branco(a)s. Tal prática e discurso, empreendidos pelas classes dominantes, acabam incorporados pela própria população negra que acredita que o seu fracasso profissional e escolar é eminente, ou por problemas socioeconômicos; ou por questões de mérito e competência, cuja questão étnico-racial em nada interfere, pois no Brasil, todos teriam direitos iguais não importando raça, sexo, classe ou credo religioso.

Respalhada por uma visão eurocêntrica e monoculturalista, baseada numa suposta “democracia racial” e alicerçada numa aparente “competição democrática”, a reprodução da ideologia dominante no Brasil tem como consequência o impedimento da formação da identidade coletiva e da mobilização do segmento negro que atribui sua condição a questões estritamente socioeconômicas ou ético-morais (incompetência, preguiça, malandragem, etc.), o que resultou em barreiras para a organização e luta contra as condições de desigualdade racial.

De acordo com Gramsci (1966), o exercício de dominação por parte das classes dominantes possui uma dimensão educativa fundamental. As classes opressoras não exercem domínio apenas pelo uso da coerção utilizando-se, para tanto, do consentimento necessário por parte das classes oprimidas. Segundo Bernd (1987: 38), a “[...] busca pela identidade do negro é a busca de autodefinição”, pois se encontra em meio a valores de um mundo branco, de uma cultura eurocêntrica, que os aliena em relação às suas referências históricas.

O processo histórico brasileiro pautado na escravidão, não só atingiu a cultura, a psicologia, a economia e a sociedade no seu contexto específico, mas marcou profundamente a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico e cultural do Brasil pós-escravidão. O fim da escravidão e o início do sistema capitalista de produção não representaram para a população negra brasileira uma melhoria das suas condições de vida, que permaneceram extremamente precárias. Os ex-escravos e seus descendentes continuaram a ser tratados como inferiores e discriminados pela cor da pele, relegados à miséria e à falta de perspectivas.

A sociedade de modelo de capitalismo dependente que substituiu a de escravismo colonial conseguiu apresentar o problema do negro sem ligá-lo, ou ligá-lo insuficientemente, às suas raízes históricas, pois [...] ao tempo em que remanipula

os símbolos escravistas contra o negro procura apagar a sua memória histórica e étnica, a fim de que ele fique como homem flutuante, ahistórico (Moura, 1983:125).

Nesse contexto, duas saídas apresentam-se: ou os oprimidos fazem de tudo para se parecerem com o opressor ou reconquistam suas dimensões negadas. Na primeira resposta, o oprimido se enxerga com o olhar do opressor, com o qual quer se assemelhar o máximo possível. A vergonha de si mesmo torna-se a marca de sua personalidade. Portanto, o mito da “democracia racial”, que vigora na sociedade brasileira, torna-se um mecanismo que desarticula a identidade dos afrodescendentes e os desmobiliza, o que possibilita um melhor controle sobre o conjunto dos oprimidos.

Da dinâmica conflituosa entre a visão dominante eurocêntrica, que nega os referenciais de outros grupos étnicos, e a busca pela valorização desses referenciais por esses segmentos da população, surge a identidade étnico-racial como uma resposta política à situação de opressão na qual a população negra, descendente de africanos escravizados, se encontrou ao longo da história do Brasil. Trata-se, portanto, da negação da negação.

[...] no plano político, pode-se, a partir da tomada de consciência da exclusão fundamentada na discriminação racial (raça aqui entendida no sentido sociológico e político-ideológico) construir uma identidade negra mobilizadora, pelo fato de todos serem, apesar de oferecerem identidades regionais diferentes, coletivamente submetidas à dominação do segmento branco e constituírem o segmento social mais subalternizado da sociedade [...] (Munanga, 2000: 32-33).

Ao recuperarem sua identidade, deixam de ser menos receptores das diretrizes dominantes e se inscrevem como agentes do processo. Percebemos que a identidade étnico-racial constituída não se configura apenas como uma referência de afirmação e auto-estima, mas como um instrumento de organização e mobilização. Ou seja, não é uma identidade autocontemplativa ou de *primeira ordem*<sup>1</sup>, como diz Bernd (1987), trata-se de uma identidade que serve de plataforma para o ativismo, a militância e a organização do segmento negro em busca da transformação da realidade envolvente.

Enquanto o negro não for capaz de converter-se em agente histórico pela destruição do sistema que o negou durante séculos não estará esgotado o ciclo que se instaurou com os primeiros negros quilombolas: o da busca de sua completa emancipação como ser social e como ser individual (Bernd, 1987:42).

---

<sup>1</sup> Identidade de *primeira ordem* é aquela que se limita a olhar sobre si mesmo, sem perceber a relação com o outro, com a exterioridade e as hierarquias surgidas a partir da relação entre ambos.

Uma das grandes táticas ideológicas da burguesia para legitimar sua dominação foi a de nos fazer crer que a nossa condição era fruto de uma postura individual e não da estrutura da sociedade de classes. Hábil e diferentemente do que dizia a nobreza e a igreja feudal, a burguesia argumentou que todos os seres humanos ao nascerem eram iguais e que as diferenças sociais eram consequência do trabalho e capacidade intelectuais de cada um. Para legitimar sua dominação e inculcar na classe trabalhadora que essa dominação era resultado de sua capacidade para trabalhar, comandar e planejar, a burguesia elimina – no plano discursivo – todas as diferenças de classe, raça e gênero e constrói a noção abstrata formal do direito liberal que assevera que todos são iguais perante a lei. A escola e a educação, neste processo, foram elencadas como instrumentos fundamentais na inculcação da ideologia dominante e reprodução da força de trabalho. As determinações de classe, raça e gênero foram ocultadas e em seus lugares foi colocada a política meritocrática e individualista do capitalismo liberal.

O que faz o projeto liberal de escola unificada é transpor para o plano educacional o limitado horizonte do direito burguês, pois considerando isoladamente as diferenças sociais e as diferenças individuais, institui uma unidade de medida (difícil mesmo de uma precisão objetiva, pois carregaria a marca dos interesses de classe) chamada aptidão, capacidade, interesse, etc. Através deste parâmetro, seria feita a triagem dos indivíduos, preservando-se (teoricamente) o princípio da supressão das barreiras ao acesso à educação (Machado, 1991:95).

*Grosso modo*, os trabalhadores ao serem bombardeados por esse arsenal ideológico se culpavam por suas condições sociais. Romper com este sentimento de culpa é uma das grandes lutas dos movimentos sociais e sindicais, o que passa por fazer com que os trabalhadores percebam as determinações da desigualdade social e com isso se organizem com vistas a transformá-las. Afinal, como lutar contra o racismo se você não reconhece o racismo? Como lutar contra as condições desiguais no trabalho em virtude das práticas de discriminação cotidiana se você não reconhece essas ações discriminatórias? As condições de desigualdade passam a ser percebidas como resultado de sua incapacidade intelectual e má qualificação para o trabalho restringindo a ação política, pois ao imputar suas condições desiguais à sua qualidade individual, acaba por desmobilizar-se politicamente, na medida em que não reconhece sua condição social como produto da dominação coletiva da classe dominante.

O mito da democracia racial, ao negar o racismo brasileiro nega as determinações raciais da desigualdade social e fecha as portas para uma análise consciente da história do Brasil calcada no latifúndio, na economia dependente e na escravização. Este tripé faz parte de nosso *ethos* civilizacional e impregna

nossas mentes, nossos saberes e nossas posições políticas. Não é por acaso que o padrão civilizacional do país é eurocêntrico, patriarcal e urbanocêntrico.

Os trabalhadores brancos, ao não reconhecerem o racismo como um dos fatores determinantes de desigualdades no Brasil, além de não atacar uma teoria de legitimação e reforço histórico do capitalismo, acabam por naturalizar a condição da população negra como consequência de uma formação educacional inadequada ou mesmo de inaptidão para o trabalho.

A questão étnico-racial esteve sempre associada à constituição civilizacional do país e dentro dessa perspectiva o(a) negro(a) foi apresentado(a) como entrave a uma possível ordem que garantisse o progresso. Nesse sentido, a diferença étnico-racial se transformou em ferramenta para o estabelecimento de desigualdades sociais. O racismo é condição fundante da exploração capitalista, é a ideologia construída para sedimentar a dominação europeia sobre outros povos e continentes. Constroem-se com o tráfico de escravos e se sedimentam com a Revolução industrial, não por acaso, dois dos fenômenos históricos fundantes do sistema capitalista. Marx (1989) não tinha dúvida quanto a isto ao vincular o processo de acumulação primitiva de capital à carnificina da escravização e do colonialismo.

Racismo e capitalismo são faces de uma mesma moeda. Alimentam-se de suas potencialidades destrutivas para se fortalecerem. Entende-se, dessa forma, porque a luta pela construção da identidade étnico-racial e contra o racismo é fundamental para o combate à exploração capitalista e para unificar a lutas do(a) s trabalhador(a)s brasileiro(a)s. Raça e classe mais uma vez se articulam. Como bem explica Williams (2012: 34): “A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão”. E escravidão e o tráfico de escravizados foram fundamentais para a consolidação do capitalismo e a exploração de classe.

A história do Brasil é repleta de exemplos da relação raça e classe na dominação da classe trabalhadora. Todo o processo de “independência” que culminou na formação de uma Monarquia e na manutenção da grande extensão territorial do Brasil, não se dividindo em várias Repúblicas como no resto da América Latina, só foi possível, por exemplo, por conta da necessidade de se manter a escravidão (Gorender, 2000) e conter as rebeliões negra e popular que estourariam como as Balaiada, Sabinada, Cabanagem e tantas outras.

A lei de terras de 1850, instituída no mesmo ano em que ocorreu a proibição do tráfico de escravizados, também é emblemática nessa relação entre raça e classe. Para manter o latifúndio e dinamizar o caráter capitalista da propriedade, foi preciso conter o acesso à terra da grande maioria da população, composta de negros e negras, recém saída da escravização por meio de inúmeras formas.

Historicamente instaurou-se no país uma política de marginalização da população negra, cujas raízes se encontram na escravidão, e que se intensifica teoricamente com o nascimento da República que, desde o início, associa princípios escravistas remanescentes da Colônia e do Império com o discurso raciológico, capitalista e eugenista.

### **O marxismo e a questão racial: um debate necessário**

Os racialistas ao desconsiderarem a luta de classes, reforçam a concepção de racismo como um fenômeno que se perde na história da humanidade, tratando-o de forma a-histórica. Isso traz um problema muito sério, pois acreditam que o racismo é um fenômeno de difícil resolução e que nem na sociedade capitalista nem no socialismo será possível destruí-lo, o que recai numa posição fatalista, apostando em medidas subjetivas, parciais e superficiais, pois ante sua impossível destruição, na sociedade capitalista deve-se pelo menos amenizá-lo.

A defesa da reforma do capitalismo e da cidadania torna-se prioridade, visto que identificam o racismo como um fenômeno que se perde no imaginário da humanidade. O essencial para o trabalhador negro não será a luta contra o capitalismo e o racismo de forma conjunta, mas apenas a conquista de melhorias das condições sociais e construção da identidade étnico-racial. Por meio diferente, é o mesmo projeto de desmobilização política da população negra que em outro momento foi constituído pela burguesia brasileira. Para tanto, desconsideram a luta de classes e fazem críticas, por ataques violentos, ao marxismo e aos marxistas de forma geral.

Essa forma de interpretar e agir diante da realidade brasileira tem como um de seus expoentes o cubano, residente na Bahia, Carlos Moore. É a partir de seus pensamentos que trataremos desse debate.

Segundo seus escritos, Marx e Engels eram racistas e suas teorias pró-imperialistas e pró-colonialistas. Enquanto defensores da *supremacia branca* e pautados na defesa da *raça ariana* ou da *classe proletARIANA*, Marx e Engels não apenas foram condicionados pelo seu tempo histórico, mas conscientemente defendiam a supremacia racial, cultural, moral e intelectual do Ocidente europeu sobre o resto da humanidade.

Vamos às teses e argumentos de Carlos Moore e às reflexões necessárias para a nossa compreensão de seus reais objetivos.

Em seu livro *O Marxismo e a questão racial* Moore acusa Marx e Engels de terem medido o mundo inteiro a partir do Ocidente europeu, por conta do profundo eurocentrismo de ambos. Para tanto, faz crer que os dois autores acreditavam numa humanidade com inclinação morais e intelectuais inatas.

Como vimos acima neste texto, uma leitura sem distorções do livro *A ideologia Alemã* coloca por terra essa afirmação. A partir desse livro é possível perceber que Marx e Engels não acreditavam numa humanidade com inclinações morais inatas, mas em seres humanos que se constroem por meio de sua relação com a natureza e entre si, mediados pelo trabalho.

Moore continua o texto ratificando que em nenhum escrito de Marx e Engels podemos observar qualquer combate à supremacia branca de sua época e que acreditavam fortemente na raça como um fator de evolução na sociedade. Traz uma citação de Engels para afirmar sua sentença: *por si mesma, no entanto, a raça é um fator econômico* (Moore, 2010: 67). Carlos Moore escreve que falar de raça como fator econômico e tratar a raça como elemento inato causaria certamente acusações de fascismo se fossem proferidas por outras pessoas.

Dizer que raça é um fator econômico, não significa justamente dizer que não é biológico, mas social? Hoje quando movimentos sociais e intelectuais negros dizem que raça é construída social, política e historicamente estão certos, mas Engels é considerado fascista por ter afirmado que a raça é um fator econômico, ou seja, serve para exploração da população negra?

Para ratificar sua argumentação, Moore faz uma série de críticas sobre uma das passagens mais conhecidas de Marx a respeito do tráfico de escravizados no continente africano, escrita no *O Capital*. Neste livro, dentre tantas análises do tráfico de escravizados, Marx observa o seguinte em relação aos povos americanos:

O tratamento dispensado aos nativos era, naturalmente, **o mais terrível** nas plantações destinadas exclusivamente à exportação, como nas Índias Ocidentais e nos países ricos e densamente povoados, **entregues à matança e ao saqueio**, como o México e as Índias Orientais (Marx, 2013:823, grifo nosso).

E continua ironizando a ética cristã e puritana que discursava sobre o amor a Deus ao mesmo tempo em que, na sua contribuição ao processo de dominação colonial, matava índios – homens, mulheres e crianças, indiscriminadamente.

Com o desenvolvimento da produção capitalista durante o período manufatureiro, **a opinião pública europeia perdeu o que ainda lhe restava de pudor e consciência. As nações se jactavam cinicamente de toda a infâmia** que constituísse um meio para a acumulação de capital. [...] (Marx, 2013: 824, grifo nosso).

Denunciando o cinismo do velho continente, Marx reforça o fato dos europeus terem seu crescimento baseado na exploração do tráfico negreiro e na destruição da África, ao mesmo tempo em que associavam isso à sua suposta sabedoria política.

Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sansphrase* do Novo Mundo (Marx, 2013: 829).

Percebam os adjetivos e expressões que Marx usa em toda essa parte que se encontra no capítulo 24 do Livro I de *O Capital*, com vistas a demonstrar toda a brutalidade e violência com que nasce o capital, expropriando os camponeses na Europa, exterminando os indígenas na América, escravizando e matando os africanos na África. Para dar conta desse fenômeno extremamente violento, Marx não poupa adjetivos depreciativos para caracterizar os atos e as formas de consciência e discurso que os europeus ainda buscavam como justificativa. Usa de intensa ironia, como é característico em toda a sua obra, para analisar o processo de acumulação de capital e as justificativas infames dos europeus.

Carlos Moore, não acredita na ironia de Karl Marx e defende que toda a análise e constatação do filósofo alemão acerca dos fatos históricos do processo de acumulação primitiva de capital não passa de uma defesa incontestada da exploração, expropriação e extermínio das populações americanas, asiáticas e, principalmente, africanas. Vejam a forma com que Moore expõe as passagens supracitadas:

O pensamento de Marx e Engels sobre a África não deveria surpreender, considerando o que foi exposto anteriormente. A destruição violenta que ocorria na África, e descrita por Marx peremptoriamente como **a transformação da África num vasto campo de caça lucrativa**, poderia apenas ter significado progresso, visto que ele próprio manifestara que esse tráfico marcava os albores da era de produção capitalista. A escravidão era, portanto, um fenômeno revolucionário. Nesse sentido, Marx salientou que **De fato, a escravidão dissimulada dos assalariados na Europa precisava fundamentar-se na escravatura, sem rebuços, no Novo Mundo** (Moore, 2010: 82-83, grifo nosso).

A análise dos fatos históricos, a crítica e denuncia a esse processo violento e brutal, a ironia quanto às formas de consciência pedantes dos europeus que Marx expõe, transforma-se na análise de Moore numa teoria para a dominação branca do mundo.

Moore também diz:

Todo negro que engoliu a filosofia marxista com seus pretextos internacionalistas deveria reavaliar as *posições oportunistas* de Marx e Engels sobre a Guerra Civil norte-americana, seu silêncio a respeito das lutas de libertação negras de sua época, sua *indiferença* ao uso da África como um matadouro e a redução de milhões de africanos a burros de carga (Moore, 2010:89, grifo nosso).

Para Carlos Moore, a colonização, a opressão e a escravidão seriam defendidos por Marx e Engels como necessários para construir a civilização, conseguir a regeneração e por fim fazer a revolução (2010:104).

Ora, se voltarmos à leitura daquelas poucas passagens supracitadas do livro *O Capital* – e não estamos nem falando dos outros muitos livros em que ele analisa a Guerra Civil Americana e os outros fenômenos do surgimento da exploração capitalista e da organização da classe operária no mundo – veremos que *posições oportunistas, silêncio e indiferença*, dentre todos os defeitos de Marx e Engels, não estavam entre seus preferidos, pois senão teriam vivido muito bem na Europa ariana e racista, o que qualquer passagem nas biografias mais depreciadoras deles provará o contrário.

O *Manifesto Comunista* é um dos principais textos de defesa do comunismo, da classe trabalhadora e ataque aos burgueses capitalistas, mesmo não sendo mais do que uma espécie de panfleto – apesar de sua profundidade. Dessa forma, perguntamos: por que no manifesto comunista não encontramos a defesa da classe trabalhadora ariana ou proletARIANA? Por que não encontramos a defesa da colonização e do imperialismo? Mais ainda, por que não encontramos a defesa do racismo e da supremacia branca? Se era um programa político, porque não encontramos essas propostas?

Carlos Moore sentencia: pode uma ideologia sutil de natureza racista servir de ferramenta contra o racismo? (2010:108). É interessante notar que depois de tudo que Carlos Moore disse sobre o marxismo ele utiliza o adjetivo *sutil*. E termina o seu Livro sentenciando:

As análises políticas de Karl Marx e Friedrich Engels, suas conclusões teóricas e ponderações filosóficas a respeito das mais diversas questões, foram naturalmente condicionadas por serem *ocidentais*, e não africanos ou asiáticos; *brancos*, e não negros ou orientais; homens livres do século XIX, e não escravos ou súditos coloniais.

[...] O mais importante de tudo é que devemos questionar, com veemência, a própria utilidade do Marxismo-leninismo em resolver problemas para os quais, na verdade, ele não tem resposta nenhuma (Moore, 2010:108).

Com efeito, não resta dúvida que o movimento operário, sindical e classista historicamente tem tido dificuldade de trabalhar com a questão de raça e tem secundarizado essa luta, mas não é por isso que vamos desqualificar toda a luta de parte importante da classe trabalhadora brasileira chamando-a de defensora de sua hegemonia ariana.

Também não resta dúvida que a intelectualidade marxista no Brasil teve muita dificuldade em discutir a importância central da questão de raça na determinação

de nossa desigualdade, bem analisada por Dias (2010), e que ainda hoje há repercussões negativas no entendimento da realidade brasileira, mas nem por isso suas análises são absolutamente descartáveis. Assim como o movimento negro tem dificuldades em trabalhar com a ideia de classe e associá-la à questão de raça. Nem por isso devemos dizer que o movimento negro é *per se* um movimento atrasado.

Enquanto não superarmos a dicotomia raça e classe no entendimento da história e da realidade brasileira, ficaremos fadados a fazer uma análise sempre parcial e insuficiente de nossas condições e não estaremos prontos para destruir o racismo e construir outra forma de convivência que não seja baseada na exploração e opressão de um grupo de ser humanos por outro.

Os marxistas devem se situar entre aqueles que acreditam que o racismo é uma *práxis* orgânica do capitalismo, que o reforça e consolida seu desenvolvimento. A escravidão e depois as elaborações dos mitos raciais na América fazem parte do repertório da dominação e exploração fortalecido pelo racismo. Nossa luta é desmistificar essa política e esse discurso que no fundo não atacam o racismo como *práxis* do capital, mas apenas reforçam a ideia de um país que pode construir democraticamente a harmonia entre as raças e com isso reforçam, mantêm e disfarçam a ampliação da exploração capitalista.

## **Bibliografia**

- DIAS, Hertz (2010). Teoria marxista e ideologia da negritude: encontros e desencontros. *Universidade e Sociedade*, n. 46, Brasília, ANDES-SN.
- GORENDER, Jacob (2000). *Brasil em preto e branco: passado escravista que não passou*. São Paulo: Senac.
- GRAMSCI, Antônio (1966). *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MACHADO, Lucília. R. de Souza (1991). *Politécnica, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez.
- MARX, Karl (2013). *O Capital: crítica da economia política*. Livro I - o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1993). *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: HUCITEC.
- MOORE, Carlos (2010). *O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Belo Horizonte: Nandyala.

- MOURA, Clóvis (1983). Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*, n. 14, Universidade Federal da Bahia.
- WILLIAMS, Eric (2012). *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras.